



Ministério da Educação – MEC
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

Antônio José Cunha da Silva

**A COOPERATIVA COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE
CATADORES: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA COOPMARES EM
FORTALEZA – CE.**

Polo Redenção – CE
2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S578c Silva, Antônio José Cunha da Silva.

A cooperativa como estratégia de inserção socioeconômica de catadores: uma análise da experiência da COOPMARES em Fortaleza – CE. / Antônio José Cunha da Silva. – Redenção, 2016.

38 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Geovani de Oliveira Tavares.

Inclui figuras, tabelas e referências.

1. Lixo - Eliminação - Legislação - Brasil. 2. Política Nacional de Resíduos Sólidos. I. Título.

CDD 344.810462



Ministério da Educação – MEC
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

**A COOPERATIVA COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE
CATADORES: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA COOPMARES EM
FORTALEZA – CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Administração Pública como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Administração Pública.

Aluno: ANTÔNIO JOSÉ CUNHA DA
SILVA

Orientador: Professor Geovani de
Oliveira Tavares.

SIGLAS

CBO	Código Brasileiro de Ocupações
COOPMARES	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza e Região Metropolitana
ECOPONTO	Ponto Ecológico de Pequenos Volumes
ECOSOL	Economia Solidária
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
OGR	Óleos e Gorduras Residuais
PET	Polietileno Tereftalato
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PMGRIS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

SILVA, Antônio José Cunha da. A cooperativa como estratégia de inserção socioeconômica de catadores: uma análise da experiência da COOPMARES em Fortaleza – CE. 37 pp. 2016. Monografia (Graduação) – Polo EaD de Redenção – CE. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2016.

Resumo

A pesquisa tem a finalidade de realizar uma análise da atuação e organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis, através da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza e Região Metropolitana – COOPMARES, no período de 2013 a 2015, objetivando identificá-la como estratégia eficiente e eficaz para a inclusão socioeconômica de catadores no contexto de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Trata-se de pesquisa qualitativa e de estudo de caso, na perspectiva de aprofundar o tema do cooperativismo de catadores de materiais recicláveis e sua relação com a Economia Solidária. São analisados os principais desafios organizacionais para a categoria, apontando pistas para sua superação, num diálogo com os elementos constantes na legislação que define a política pública do setor da reciclagem de resíduos sólidos, especialmente nos campos da educação cooperativista, capacitação técnica, capacitação de lideranças, relacionamento com o poder público e estudo de viabilidade e plano de comercialização.

Palavras-chave: Catadores. Cooperativismo. Reciclagem.

SUMÁRIO

Introdução	05
1. Referencial teórico	09
1.1 Questões ambientais, reciclagem e ecodesenvolvimento	09
1.2 Cooperativismo: uma forma ideal de organização do trabalho	09
1.3 Economia solidária e o novo cooperativismo	10
1.4 Políticas públicas na área de resíduos sólidos e seu impacto sobre a ação dos catadores de materiais recicláveis	12
1.5 Experiências organizativas de catadores e catadoras	13
2. Metodologia	16
3. Resultados	19
3.1 Caracterização da operação da COOPMARES	19
3.2 Origem e ingresso das pessoas na categoria de catadores	20
3.3 Identidade e consciência da categoria de catadores	21
3.4 Práticas de economia solidária e o desafio da autogestão	24
3.5 As políticas públicas e o cotidiano dos catadores	26
3.6 Autonomia e dependência das associações de catadores	27
3.7 Desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES	28
Considerações finais	31
Educação Cooperativista	31
Capacitação técnica	31
Capacitação de lideranças	32
Interlocução com o poder público	32
Estudo de viabilidade e plano de comercialização	33
Uma experiência em permanente construção	34
Referências	36

Introdução

O Brasil foi um dos primeiros países a elaborar uma Política Nacional de Meio Ambiente, reiterada pela Constituição Federal de 1988, e mesmo com os avanços conseguidos, a sociedade brasileira não se apercebeu tratar-se de um direito de fundamental importância para a sua qualidade de vida e mantém práticas causadoras de degradação ambiental.

O tema dos resíduos sólidos constitui-se numa questão ambiental, que já dispõe de legislação específica, mas que ainda carece de mobilização social para ser colocada em prática e produzir os resultados esperados.

Quando falamos em resíduos sólidos, estamos nos referindo a resíduos resultantes de atividades de origem urbana ou industrial que são potencialmente matéria prima ou insumos para a produção de novos produtos ou fonte de energia.

Ao segregarmos os resíduos, estamos promovendo os primeiros passos para sua destinação adequada. Assim, possibilitam-se várias frentes de oportunidades como a reutilização, a reciclagem, o melhor valor agregado ao material a ser reciclado, a melhores condições de trabalho dos catadores ou classificadores dos materiais recicláveis, a compostagem, menor demanda da natureza, o aumento do tempo de vida dos aterros sanitários e menor impacto ambiental quando da disposição final dos rejeitos.

Trata-se, sobretudo, de uma alternativa de trabalho para indivíduos que estão excluídos do mercado de trabalho. A catação de resíduos é uma atividade econômica que integra aspectos importantes como geração de renda, proteção dos recursos naturais, educação ambiental e inclusão social, mesmo que perversa. Os catadores de materiais recicláveis ou podemos chamar de classificadores são grandes parceiros para a promoção da reciclagem. São trabalhadores que atuam há muitos anos, desde os tempos dos garrafeiros, com a coleta, classificação e destinação dos resíduos, permitindo o seu retorno à cadeia produtiva. O trabalho desenvolvido por eles reduz os gastos públicos com o sistema de limpeza pública,

aumenta a vida útil dos aterros sanitários, diminui a demanda por recursos naturais, e fomenta a cadeia produtiva das indústrias recicladoras com geração de trabalho.

Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) apresente em sua elaboração a previsão de reconhecimento do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, esse reconhecimento prático ainda precisa ser conquistado junto à sociedade, de modo que a população em geral reconheça a importância do seu trabalho e se engaje na mobilização pela conquista de processos de coleta seletiva.

Também é necessário verificar em que nível se encontra a própria consciência dos catadores de materiais recicláveis enquanto categoria de trabalhadores.

Nesse contexto, faz-se a opção de analisar a efetividade da estratégia de organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis, na perspectiva de sua inserção na cadeia produtiva da reciclagem, considerando que um dos caminhos para reverter essa situação passa pela disseminação de conhecimento, que possibilite ampliar a visão dos problemas e oriente práticas adequadas, que resultem no fortalecimento da organização da categoria de catadores e catadoras de materiais recicláveis.

A presente pesquisa parte da indagação sobre qual é a efetividade da cooperativa como estratégia de organização para a inclusão socioeconômica de catadores no contexto de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em Fortaleza – CE, tomando como base de estudo a experiência da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza e Região Metropolitana – COOPMARES, no período de 2013 a 2015.

A inclusão social e produtiva de catadores ganhou grande repercussão pública e nas agendas de governos locais, principalmente a partir do ano 2000. A partir de 2003, foram realizadas ações de apoio à categoria de catadores que reúne trabalhadores que vivem em situação de precariedade.

Entretanto, mesmo tendo sua ocupação regulamentada desde 2002 (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO nº 5.192-05), os catadores sofrem cotidianamente preconceitos, por causa do tipo de atividade que executam. De modo geral, a sociedade trata essa categoria como ‘catadores de lixo’ e contra ela desenvolve todo tipo de preconceito e violência.

Os catadores estão expostos a situações de risco não somente de violência, mas também de saúde, e, mesmo organizados em associações ou cooperativas, têm dificuldades de se perceberem como um dos importantes agentes da cadeia produtiva da reciclagem. Enfrentam condições de trabalho precárias, marcadas pela informalidade, baixa remuneração e difíceis condições de vida. Residem nas áreas periféricas e risco das cidades, alguns em condições sub-humanas.

A Cooperativa constitui-se numa efetiva estratégia organizacional dos catadores de materiais recicláveis, na perspectiva de sua inserção na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a partir de uma operação eficiente e com a participação ativa dos seus cooperados, pode produzir os resultados esperados na melhoria da vida dos catadores.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a efetividade da COOPMARES como estratégia eficiente e eficaz de organização dos catadores para sua inserção socioeconômica no contexto de implantação da PNRS no Município de Fortaleza – CE, no período de 2013 a 2015.

Para tanto, busca-se analisar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza (PMGIRS), notadamente na sua relação com a categoria dos catadores, na perspectiva da Economia Solidária; Caracterizar a operação da COOPMARES, analisando sua eficiência e eficácia na organização dos catadores; Estabelecer os desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES frente à PNRS e ao PMGIRS, na perspectiva de uma intervenção para a sua superação.

Na análise da experiência da COOPMARES considerou-se os conceitos de

eficiência, eficácia e efetividade que, mesmo sendo cotidianamente utilizados de forma indistinta, não guardam o mesmo sentido. Assim, compreendeu-se a eficiência como a medida utilizada para averiguar a boa execução da operação da cooperativa, controlando custos, reduzindo perdas e desperdícios. A eficácia, por sua vez, foi considerada como a capacidade de gerar os resultados, a partir dos objetivos estabelecidos. E a efetividade como a capacidade de atender às demandas dos atores envolvidos no processo de operação geral do empreendimento, incluindo a satisfação dos clientes a serem atendidos pelo mesmo.

Inicia-se a apresentação deste estudo explicitando as referências bibliográficas levadas em consideração para a elaboração de um referencial teórico que contextualiza as lutas e organizações de catadores de materiais recicláveis e suas relações com o novo cooperativismo e a Economia Solidária. No capítulo seguinte explana-se a metodologia adotada, referenciada em autores reconhecidamente significativos no campo da metodologia da pesquisa científica, para, em seguida, no capítulo dos resultados se proceder a uma análise dos dados coletados.

Finalmente, apresentam-se algumas considerações finais, a partir das percepções do pesquisador, tendo como bases norteadoras as referências teóricas que alimentaram esta pesquisa. São apresentadas sugestões de ações que podem contribuir para a superação dos desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES, identificados e analisados neste trabalho.

1. Referencial Teórico

1.1 Questões ambientais, reciclagem e ecodesenvolvimento

Os movimentos ecológicos e ambientais foram os pioneiros, a partir da década de 1970, a inserirem em suas pautas de lutas as questões relacionadas ao desenvolvimento, diante do agravamento dos problemas socioambientais, elaborando-se toda uma crítica ao capitalismo industrial e urbano (BRITO, 2007).

A principal crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista, de acordo com Brito (2007), gira em torno da constatação de que o mercado não satisfaz as necessidades básicas das pessoas e não promove o equilíbrio ambiental, pois se baseia na extrema competição e busca desenfreada pelo consumismo estimulado e pela lucratividade de quem detém os meios de produção.

Por isso e em contraposição ao sistema capitalista, foi-se desenhando um novo modelo chamado de 'ecodesenvolvimento', baseado na satisfação das necessidades básicas das pessoas, na preservação do meio ambiente, na solidariedade, na participação social e na preparação de um sistema que promova educação, emprego, segurança social e respeito às diversas culturas (BRITO, 2007).

Assim, a agenda de lutas dos movimentos sociais interessados em construir outro modelo de desenvolvimento, engloba as temáticas relativas à reciclagem, aos catadores, relacionando-as com as lutas por reforma agrária, agroecologia, segurança alimentar, novas relações de gênero, entre outras, que se articulam em redes e fóruns, reafirmando a amplitude do movimento de Economia Solidária e sua crítica às contradições do modelo de desenvolvimento em curso no Brasil (DUBEUX et all, 2012).

1.2 Cooperativismo: uma forma ideal de organização do trabalho

A doutrina cooperativista considera as cooperativas como forma ideal de organização do trabalho, baseada em princípios como participação, democracia,

sem discriminação de qualquer natureza, e direitos e deveres iguais para todos os seus componentes.

O cooperativismo, como atualmente é conhecido, tem suas origens na Inglaterra do Século XVIII, em plena Revolução Industrial, quando a realidade do trabalho sofreu mudanças profundas, com o avanço do capitalismo. Os baixos salários e as longas jornadas de trabalho geraram grandes desafios sociais e econômicos para a população e, de modo especial, para os trabalhadores.

Novas formas de organizar o trabalho foram criadas pela classe operária, com destaque para a experiência empreendida no bairro de Rochdale – Manchester (Inglaterra), em dezembro de 1844. Assim ficou conhecida a Sociedade dos Probos de Rochdale, como a primeira cooperativa moderna do mundo, com princípios morais e conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo, que busca o aprimoramento do ser humano nas dimensões econômicas, sociais e culturais, propondo novas relações entre as pessoas e, sobretudo, em relação ao trabalho autêntico (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010).

1.3 Economia solidária e o novo cooperativismo

A classe trabalhadora vem construindo ao longo da história uma luta de resistência contra a exploração da sua capacidade de produção e criando alternativas de sobrevivência contra o modelo capitalista. Assim, a economia solidária surge como um novo cooperativismo, trazendo de volta os princípios de valorização da participação, da democracia, da igualdade de direitos e da busca constante da gestão compartilhada, ou autogestão, princípios estes contrários a qualquer modo de assalariamento (NASCIMENTO, 2011).

Vale registrar que, de acordo com Singer (2004), o cooperativismo apresenta-se como modo alternativo de produção, confrontando os valores e princípios da economia capitalista.

Assim, a Economia Solidária baseia-se na ideia da solidariedade em contraposição ao individualismo que caracteriza a sociedade capitalista. Seus experimentos, através de empreendimentos de produtores, de consumidores e de créditos, são baseados na livre organização, no trabalho cooperativo, na autogestão e nos processos decisórios democráticos. A cooperativa apresenta-se, portanto, como a forma clássica de organização de uma experiência de economia solidária (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010).

Trata-se, portanto, de compreender a Economia Solidária como uma atitude crítica diante de um modelo de desenvolvimento que gera exclusão, miséria, subordinação e exploração desenfreada da natureza. Essa atitude crítica orienta-se por valores não mercantis, incorporando a solidariedade e a democracia a práticas culturais, étnicas e ecológicas que visam à sustentabilidade, construindo processos de produção, distribuição e consumo, numa perspectiva da emancipação humana (SCHIOCHET, SILVA e BERTUCCI, 2005).

A Economia Solidária apresenta, a partir dessa base conceitual, características importantes: cooperação, autogestão e solidariedade. A cooperação ressalta-se pelo estabelecimento de objetivos comuns, a partir de interesses igualmente comuns, numa soma de esforços e capacidades, gerando resultados equitativamente partilhados e responsabilidades assumidas de forma solidária. A autogestão revela-se pelo exercício de práticas participativas na gestão do trabalho, desde o planejamento até a execução das ações nos seus diversos graus e interesses. A solidariedade se expressa pela justa distribuição dos resultados obtidos e nas oportunidades que favorecem a melhoria das condições de vida de modo geral (SCHIOCHET, SILVA e BERTUCCI, 2005).

A Economia Solidária é, pois, outro modelo de produção, consumo e desenvolvimento, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, que prevê mecanismos de redistribuição de renda, organizado na base do associativismo entre os pares, ao invés de contratação entre desiguais (SINGER, 2004).

1.4 Políticas públicas na área de resíduos sólidos e seu impacto sobre a ação dos catadores de materiais recicláveis

O trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil conta com uma base legal ampla, que dá incentivo e suporte às iniciativas de organização da categoria, na perspectiva de sua inclusão social e econômica.

Muito embora ainda não seja forte a consciência de classe entre os próprios catadores, a Lei 12.305/2010 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), definindo as diretrizes gerais a serem aplicadas ao tratamento de todos os tipos de resíduos sólidos no país, com exceção apenas para os resíduos radioativos, propõe um novo modelo de gestão pública dos resíduos sólidos, além de determinar o fechamento dos chamados “lixões”, em prazo estabelecido em lei.

A PNRS apresenta conceitos inovadores, como as definições de resíduos sólidos e rejeitos. Resíduos sólidos são materiais que poderão ser reutilizados e reaproveitados. Rejeitos são materiais não passíveis de serem adotados como matéria-prima numa cadeia produtiva. A inovação reside no fato de que somente rejeitos poderão ser depositados nos aterros sanitários.

A PNRS estabelece também as prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e depósito de rejeitos em ambiente adequado. Muda também o trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis, visando à melhoria das condições de sua atuação na catação e seleção de materiais, na perspectiva de retirá-los de condições degradantes.

Os catadores tiveram sua categoria profissional reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupações em 2002 e no ano de 2007 foi promulgada a Lei 11.445, que permite ao poder público municipal contratar cooperativas e associações de catadores, com dispensa de licitação, para a realização de serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios.

O Decreto 7.405/2010 institui o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do governo federal voltadas ao apoio e fomento à organização produtiva e à inclusão social de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.

No âmbito municipal, a Prefeitura Municipal de Fortaleza estabeleceu, em novembro de 2012, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), após um longo processo de elaboração, por consultoria, e de consulta pública. O PMGIRS tem a finalidade de atender a Lei Federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo um componente do Plano Municipal de Saneamento Básico, Lei Federal 11.445/2007. O documento planeja metas para um período de 20 anos com o objetivo de minimizar os problemas da área ambiental e da saúde pública, beneficiando, assim, a qualidade de vida da população (FORTALEZA, 2012).

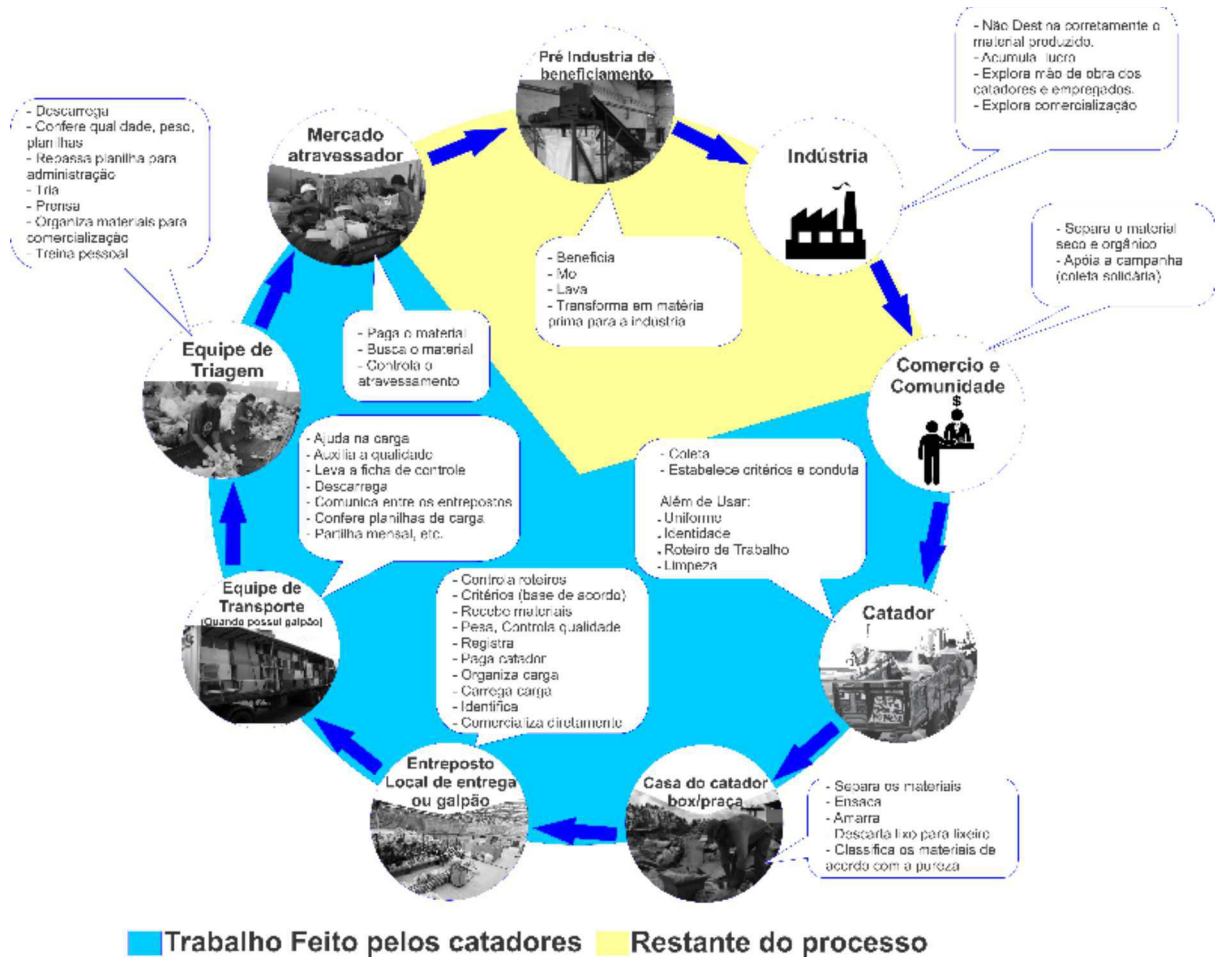
A COOPMARES e a Rede de Catadores do Estado do Ceará mantêm constante relação de debate e negociação com a Prefeitura Municipal de Fortaleza no sentido de encontrar formas viáveis e inserção dos catadores e catadoras nas ações de Coleta Seletiva que estão sendo implantadas na cidade, como é o caso dos Pontos Ecológicos de Pequenos Volumes (ECOPONTOS), configurando-se como um conjunto de pontos de entrega para pequenos volumes de resíduos, cuja construção e gerenciamento estão sendo executados pela empresa concessionária de limpeza urbana, a Ecofor Ambiental, sem a participação efetiva das associações de catadores de materiais recicláveis. Estão previstos quarenta ECOPONTOS, dos quais, até outubro de 2016, vinte e uma unidades foram instaladas nos diversos bairros (FORTALEZA, 2012).

1.5 Experiências organizativas de catadores e catadoras

Atualmente, e desde há algumas décadas, parte significativa dos trabalhadores que são excluídos do mercado formal de trabalho, buscam formas

alternativas de organização, seja através de associações ou cooperativas, como uma resposta ao desemprego (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010).

Cadeia Produtiva da Reciclagem



Fonte: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Para a categoria de catadores e catadoras de materiais recicláveis o trabalho de reciclagem coloca-se como uma alternativa, surgindo, nesse contexto, as associações e cooperativas, mesmo que acompanhadas de dificuldades, como a não implantação de processos de coleta seletiva e o desafio da relação dessas organizações de catadores com as indústrias (TORRES, 2008).

Essas iniciativas de organização têm-se multiplicado por todo o país, com base na solidariedade, o que tem chamado a atenção de setores da sociedade, do governo e de entidades de apoio, embora cercadas de mitos em torno da economia

solidária, como, por exemplo, a de que a economia solidária seria um setor à parte do mercado (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010).

Carvalho (2012) reflete sobre as limitações e contradições presentes nessas experiências construídas através de relações de trabalho baseadas em práticas de solidariedade e horizontalidade. Afirma que “é possível que a opção pelos modelos autogestionários de organização do trabalho não esteja relacionada com um processo de amadurecimento consciente de contraposição ao trabalho subordinado” (CARVALHO, 2012, p. 106).

É necessário analisar a presença de catadores e catadoras de materiais recicláveis na perspectiva da participação cidadã, compreendendo-a como um “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado” (TEIXEIRA, 2001, p. 30). Nesse sentido, os papéis são redefinidos pelo fortalecimento da sociedade civil, a partir da atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações.

Ainda do ponto de vista da participação social, Brito (2007) reafirma a importância da participação nos espaços de formulação, negociação e fiscalização das políticas públicas, relacionando as lutas locais com as questões mais amplas dos projetos de desenvolvimento em curso. Ressalta-se também a riqueza da atuação em redes, de forma estratégica, que faz avançar a articulação dos movimentos sociais.

Finalmente, há que se compreender a mobilização, articulação e organização de catadores e catadoras no contexto do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que trabalha pela autogestão e organização dos catadores, através de bases orgânicas e de práticas de democracia direta (MNCR, 2008).

2. Metodologia

A pesquisa no campo das Ciências Sociais, incluindo-se a Administração Pública, aplica-se no ensejo de buscar analisar e responder problemas práticos, visando essencialmente à construção de conhecimentos na perspectiva do desenvolvimento humano (ZANELLA, 2012).

Esse estudo tem como área geográfica os municípios de Fortaleza, Caucaia, Guaiúba, Pacatuba, Itaitinga, Eusébio e Aquiraz, definidos como área prioritária de atuação da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza e Região Metropolitana (COOPMARES), seguindo a orientação de que a pesquisa qualitativa supõe um recorte temporal e espacial do objeto de estudo. Esse estudo aborda a experiência inicial da COOPMARES que se estende pelo período de 2013 a 2015 (NEVES, 1996).

Foram utilizados dados primários e secundários, coletados através das entrevistas com integrantes da COOPMARES e com o preenchimento de uma Ficha de Perfil, para caracterizar o conjunto dos cooperados e evidenciar as opiniões a respeito das expectativas acerca da cooperativa e do seu desempenho enquanto empreendimento coletivo dos catadores.

Utilizou-se a entrevista individual por pautas, com certo grau de estruturação, em que o pesquisador faz poucas perguntas, muito mais no sentido de guiar a conversa para os pontos previamente estabelecidos sem, entretanto, prejudicar a espontaneidade do processo. Configurou-se a entrevista como técnica adequada para a obtenção de dados sobre o que as pessoas sabem a respeito do objeto pesquisado, através de um diálogo em que o pesquisador busca coletar informações e o entrevistado coloca-se como fonte dessas informações (GIL, 1999). Foram realizadas oito entrevistas, contemplando catadores diretores da Cooperativa e técnicos de entidades de apoio.

Os dados secundários têm como fonte os arquivos da Cáritas Brasileira Regional Ceará e da própria COOPMARES, composto de relatórios das ações

realizadas através dos projetos de apoio desenvolvidos pela entidade junto à categoria dos catadores.

Realizou-se uma análise descritiva da operação da COOPMARES, evidenciando sua eficiência e eficácia para a organização dos catadores. Os desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES foram identificados a partir da análise de discurso dos próprios catadores cooperados, buscando-se compreender o mais profundamente possível as palavras proferidas nas entrevistas, pois o discurso é um objeto social e histórico em que a linguagem intervém na história e na sociedade como se estas fossem independentes de fato do que elas significam (ORLANDI, 2009).

A análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza, notadamente na sua relação com a categoria dos catadores, baseou-se numa pesquisa documental, de modo especial na legislação pertinente à política pública estabelecida e numa breve pesquisa em periódicos que circularam as definições públicas a respeito do tema.

Foram estabelecidas as seguintes variáveis de análise: Caracterização da operação da COOPMARES; Origem e ingresso das pessoas na categoria de catadores; Identidade e consciência da categoria de catadores; Práticas de economia solidária e o desafio da autogestão; As políticas públicas e o cotidiano dos catadores; Autonomia e dependência das associações de catadores; Desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES.

Esta pesquisa, portanto, classifica-se, em relação aos fins, como pesquisa qualitativa e descritiva, e quanto aos meios trata-se de um estudo de caso, valendo-se da análise de discurso para a interpretação dos dados coletados.

Como descrito acima, optou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa, pois esta favorece a obtenção de dados descritivos a partir do contato direto do pesquisador com o seu objeto de estudo, para que, na perspectiva dos participantes da situação estudada, situe sua interpretação dos elementos colhidos para análise

(NEVES, 1996). Utilizou-se a descrição de determinados fenômenos e o estabelecimento de relações entre variáveis e se buscou ir além da descrição simplificada da existência de relações entre variáveis, na perspectiva de determinar a natureza dessas relações, proporcionando uma nova visão do problema. Assim, atende-se à preocupação da pesquisa social com a atuação prática (GIL, 1999).

O recorte de análise da experiência da COOPMARES configura-se como um estudo de caso, o que contribui para a análise e compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2001) no âmbito da experiência cooperativista de catadores de materiais recicláveis. O estudo de caso possibilita o estudo de um aspecto do problema dentro de um espaço de tempo delimitado (VENTURA, 2007).

A análise de discurso apresenta-se como uma proposta de reflexão acerca dos sujeitos, a história e a ideologia, pois ao falar, interpretamos e relacionamos a linguagem ao nosso cotidiano. A análise de discurso oferece procedimentos analíticos que contribuem para situar melhor o discurso no mundo, na realidade dos demais sujeitos, com os sentidos e com a história (ORLANDI, 2009).

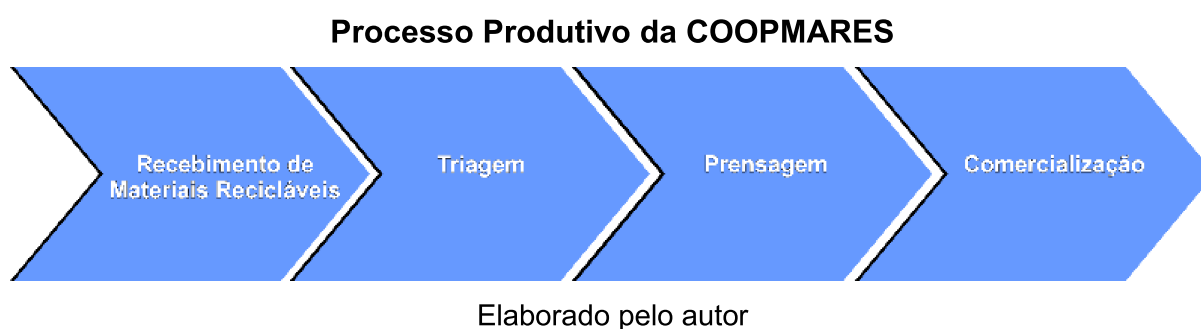
Com a utilização da análise de discurso pode-se chegar a uma compreensão da linguagem fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, como integrante do trabalho social, parte constitutiva do homem e da sua história. Assim, pode-se conhecer melhor a capacidade do ser humano de significar e significar-se. A linguagem é uma mediação necessária entre o homem e a realidade, buscando-se perceber em que medida a fala retrata a realidade ou o desejo de uma realidade a ser transformada e construída (ORLANDI, 2009).

3. Resultados

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados seguindo as categorias estabelecidas previamente, como se descreve a seguir.

3.1 Caracterização da operação da COOPMARES

A COOPMARES iniciou sua operação no ano de 2013, com um quadro de 22 cooperados, advindos dos diversos grupos e associações de catadores de materiais recicláveis de Fortaleza e Região Metropolitana.



A operação da cooperativa caracteriza-se por um ciclo de entrada de materiais recicláveis que chegam através da Coleta Seletiva realizada pela Prefeitura de Fortaleza, com caminhões da Ecofor Ambiental SA, que realiza a coleta em 14 condomínios cadastrados. Utiliza-se ainda outro caminhão, cedido pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), que atende uma rota específica para coleta de doadores cadastrados e para recolhimento de materiais junto às associações de catadores. Os principais doadores de materiais para a COOPMARES encontram-se na Praia de Iracema, Praia do Futuro, Aldeota e Maraponga, bairros distantes, portanto, do galpão onde funciona a cooperativa, no Bairro João XIII.

A triagem, segundo momento do ciclo de operação, é realizada por uma equipe de 08 trabalhadores e trabalhadoras, sendo que 02 são responsáveis pela prensagem do material triado. Uma equipe de 03 trabalhadores é responsável pelo recebimento e filtragem dos Óleos e Gorduras Residuais (OGR).

A comercialização dos materiais, encerrando o ciclo de operação, é responsabilidade direta da direção da COOPMARES, que negocia com compradores previamente escolhidos. Há empresas que compram especificamente um tipo de material, por exemplo, ferro, alumínio e Polietileno Tereftalato (PET) das embalagens de refrigerantes, óleo e água mineral.

A produção oscila entre 10 a 12 toneladas por mês, sendo que o principal produto comercializado é o PET, com 6 toneladas mensais. Em relação ao OGR a produção mensal varia de 3 a 10 mil litros. Toda produção de OGR é comercializada com a Petrobrás, para a produção de biodiesel, na planta de Quixadá – Ceará. Diante do fechamento da Usina de Biodiesel em Quixadá – Ceará, ainda não está definido como será a comercialização de OGR no futuro próximo.

O rendimento dos catadores que trabalham diretamente na COOPMARES varia entre R\$ 400,00 a R\$ 800,00 mensais, ficando, portanto, abaixo do salário mínimo vigente no país. Há, no interior no Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, um desejo que os catadores recebam pelo menos um salário mínimo por mês. Entretanto, estudos da Cáritas Brasileira Regional Ceará apontam para uma renda média mensal em torno de R\$ 437,00 para os catadores no Estado do Ceará.

3.2 Origem e ingresso das pessoas na categoria de catadores

As pessoas se tornam catadores(as) de materiais recicláveis por motivos diversos, mas a grande motivação inicial é a precariedade da vida econômica das mesmas. Não se torna catador(a) por opção política, por opção de vida, mas para atender uma demanda econômica gritante:

A gente morava noutra bairro e se mudou pra lá, pra fazer nossa casa lá em cima do lixão e, com a chegada do 'deposeiro', a gente começou a cavar o lixão pra tirar ferro, melissa, cobre, alumínio... e foi aí que a gente viu que tinha valor. (Entrevistado 2)

Tinha me separado e estava grávida, dentro da casa da minha mãe (...) aí me chamaram para ir ao Grupo de

Mulheres e lá eu conheci a Associação, onde fui separar material, ganhando um centavo por quilo. (Entrevistado 4)

Os dados disponíveis apontam para a existência de 18 associações, mobilizando 365 catadores e catadoras de materiais recicláveis em Fortaleza e Região Metropolitana.

Tabela – Associações de Catadores em Fortaleza e Região Metropolitana

Associação	Número de Catadores
1. Associação Brisamar – Serviluz – Fortaleza	33
2. Associação Rosa Virgínia – Fortaleza	13
3. Ascajan – Fortaleza	36
4. Associação Raio de Sol – Fortaleza	20
5. Socrelp – Fortaleza	13
6. Associação Viva Vida – Fortaleza	04
7. Acores – Fortaleza	24
8. Aamap – Pacatuba	35
9. Associação Quintino Cunha – Fortaleza	12
10. Associação Jardim Iracema – Fortaleza	07
11. Reciclando – Fortaleza	14
12. Associação Rosalina – Fortaleza	17
13. Associação Maravilha – Fortaleza	24
14. Aceg – Guaiúba	10
15. Associação Vila Machuca – Aquiraz	11
16. Assaj – Caucaia	31
17. Cooperatinga – Itaitinga	28
18. Aran	33
Total	365

Fonte: Cáritas Brasileira Regional Ceará Elaborado pelo autor

3.3 Identidade e consciência da categoria de catadores

Há uma conclusão muito precisa sobre a identidade dos catadores de materiais recicláveis: eles não se consideram “catadores de lixo”, como comumente são chamados, por vezes com viés pejorativo, pela sociedade. Como afirma Orlandi

(2009), trata-se da capacidade do ser humano de, pelo seu discurso, dar significado às coisas e a si mesmo:

Ser catador é ser livre, é superação, apesar de enfrentar muito preconceito, ódio, discriminação. Eu vinha passando com meu carro (de coleta) e um motorista gritou 'sai do meio, marginal, vagabundo, está atrapalhando o trânsito'. Então, ser catador é ter fibra e não desistir. (Entrevistado 2)

A consciência do “ser catador” surge e se cristaliza durante a sua participação efetiva nos grupos e associações, quando se expressa de forma mais evidente a face política de sua identidade:

Antigamente era a necessidade pessoal, mas hoje em dia é a necessidade política de conhecimento sobre a reciclagem e tudo aquilo que ela envolve. Hoje, como catador organizado, eu tenho a preocupação de não só ser reconhecido como catador, mas me preocupo com o meio ambiente e com os outros catadores que ainda estão nas mãos de ‘deposeiros’. (Entrevistado 2)

Registra-se um avanço no marco legal no que diz respeito ao reconhecimento dos catadores como uma profissão juridicamente estabelecida. No entanto, verifica-se uma fragilidade na consolidação da identidade da categoria de catadores e catadoras de materiais recicláveis, sobretudo quando o trabalho associativo não apresenta as respostas às questões mais imediatas de sobrevivência dos mesmos. Ou seja, o trabalho de catadores ainda está muito dirigido à sobrevivência diária, ao que “se vai comer naquele dia”:

Ser catador é conseguir que a luta acabe com a escravidão de uma vez por todas (...) viver na luta para quebrar as correntes. Antes os escravos estavam lá, pela comida. E hoje nós estamos ainda pela comida. (Entrevistado 4)

Sonhos e desejos de melhorias no futuro também fazem parte da identidade da categoria de catadores. Embora pareçam contraditórios, os sonhos revelam-se com um conteúdo mais coletivo do que as práticas cotidianas. Enquanto no dia a dia

se busca a sobrevivência a todo custo, quando se fala sobre os desejos e os sonhos dos catadores, eles revelam aspectos sociais profundos: “Meu maior sonho é aprender mais sobre os vários aspectos que envolvem o meio ambiente, me tornar um cientista ambiental”. (Entrevistado 2)

Assim, como afirma Torres (2008), a participação em grupos contribui para criar e alimentar a consciência grupal e desperta os catadores para os valores da coletividade, organização e solidariedade:

Durante um tempo, meu maior sonho era ganhar dinheiro. Aí quando eu comecei a fazer cursos e a participar, e eu fiz muitos cursos, meu sonho passou a ser todo mundo ganhar igual, todos os catadores, porque é uma classe que vem despontando. Ganhar igual, não só a renda, mas conhecimento, porque se você tem conhecimento, você não é mais explorado. (Entrevistado 4)

Meu sonho é que os empreendimentos cresçam, para além dos próprios grupos, em rede. Que cresçam dentro dos princípios da economia solidária, onde não há exploração, onde cada um ganha o justo pelo seu trabalho. (Entrevistado 7)

Ressalta-se o registro de um elemento valioso acerca da consciência da importância da organização dos catadores, enquanto categoria de trabalhadores, para o avanço nas conquistas sociais:

A gente hoje é reconhecido pela CBO, que classifica catador como todo aquele que sobrevive da catação de materiais recicláveis. Então, essa palavra ‘catação’ define o que é o catador. Porém, a gente cresceu muito enquanto movimento e evolui na organização. E nessa evolução, você tem que sair da catação para a organização, porque aí você não está mais na rua. Você passa a gerenciar o empreendimento, vai para reunião, para audiências públicas, você está fazendo política, negociando e definindo projetos. Então, a gente precisa pensar a definição de catador na luta. (Entrevistado 7)

3.4 Práticas de economia solidária e o desafio da autogestão

A Economia Solidária (ECOSOL) constitui-se num imenso desafio quando se trata do campo de atuação dos catadores de materiais recicláveis, dada a precariedade das condições de trabalho e de organização da categoria.

Numa sociedade capitalista e consumista como a que vivemos, e sobrevivendo em condições sub-humanas, os catadores têm dificuldades para compreender e assimilar de imediato a mensagem da ECOSOL, fundada, acima de tudo, no respeito ao ser humano em todos os seus aspectos e necessidades:

Economia solidária é os catadores trabalharem unidos, compartilharem com os outros e isso é uma coisa que não se faz. É assim, vamos trabalhar aqui e se der lucro é pra todos, mas vamos trabalhar na união. Eu acho que a nossa associação ainda não trabalha na economia solidária não. (Entrevistado 1)

Verifica-se, portanto, uma consciência frágil sobre os conceitos e valores que regem e estimulam práticas socioeconômicas solidárias entre os catadores, muito embora possam ser verificadas atitudes que revelam a presença de elementos fundantes da ECOSOL entre as suas organizações. Exemplo disso são as atitudes solidárias entre catadores das associações, quando as necessidades de outros são maiores que as suas próprias demandas. Assim, em diversos momentos, experimenta-se a solidariedade.

Um dos avanços que se verifica nas práticas de ECOSOL é o crescimento na participação na gestão dos grupos, que passa a contar com mais catadores interessados em conhecer como é feita a administração dos recursos da associação e os processos de coleta e venda dos materiais. Esse crescente interesse pela gestão demonstra a presença da dimensão da gestão compartilhada, um dos princípios da ECOSOL.

Entretanto, também se pode constatar ainda um grande nível de centralização das decisões nas mãos das lideranças e, em alguns casos, a ausência de uma prestação de contas transparente, elementos vitais para a construção e manutenção

e processos socioeconômicos solidários. Esse dado relacionado às dificuldades de gestão participativa nas associações e na própria cooperativa revela a face real do que Mauricio Faria e Henrique Novaes (2012) classificam como as associações, enquanto prática social, tornam-se meio de luta por uma sociedade fundada na solidariedade entre as pessoas, mas também se constituem um fim, não um fim em si mesmas, mas a construção e manutenção das associações se transformam numa luta pela própria associação.

Muito se tem discutido sobre a autogestão, desde a concepção de se tratar de uma simples nova forma de gestão até sua definição como elemento chave na definição da Economia Solidária. É importante compreender autogestão como a possibilidade de desenvolver novas relações sociais, baseadas na igualdade, democracia e ações coletivistas, colocando-a como uma proposta antagônica às relações capitalistas de exploração do trabalho, numa perspectiva de emancipação da sociedade (FARIA. NOVAES, 2012).

Uma análise mais detalhada do modelo de gestão adotado pela cooperativa pode remeter a uma reflexão crítica das práticas ainda imbrincadas na centralização das decisões nas lideranças, que acabam atuando como vanguarda da categoria, pois vão acumulando conhecimentos e informações importantes que poderia ser utilizados na construção de processos emancipatórios dos catadores como um conjunto de trabalhadores.

Pode-se afirmar que a autogestão é tratada muito mais como uma aspiração do que uma prática efetiva no cotidiano do trabalho. Essa aspiração é fundamental para alimentar a possibilidade de se construir relações coletivas e igualitárias nos espaços onde se articulam os catadores, desde seus grupos e associações de base até a Rede Estadual e a própria cooperativa. A autogestão vai exigir que se transformem “a fragmentação, o isolamento e o individualismo, em novas relações sociais fundadas na solidariedade e na união de classe” (FARIA. NOVAES, 2012, p. 171).

3.5 As políticas públicas e o cotidiano dos catadores

Os catadores reconhecem, de modo geral, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida em 2010 é o grande marco para a elaboração e execução de políticas públicas em favor da categoria, pois dela derivam as leis estaduais e municipais que tratam do tema.

Entretanto, não há profundo conhecimento sobre esse marco legal, a não ser um conhecimento ainda limitado por parte das lideranças e das entidades de apoio. Esse conhecimento é limitado porque também o conjunto das leis estaduais, no caso do Ceará, e leis municipais, no caso de Fortaleza, ainda não está completamente elaborado e debatido com os catadores e os segmentos sociais interessados no tema da gestão dos resíduos sólidos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida em 2010 pela Presidência da República, faz exatas 06 (seis) referências aos catadores de materiais recicláveis, suas associações e cooperativas. Prevê sua contratação, pelos gestores públicos, para a prestação de serviços ambientais, conforme o parágrafo primeiro, do inciso sexto, do artigo 36 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010).

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Fortaleza e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos apresentam elementos de convergência com as necessidades dos catadores, mas demandam um conjunto de ações de controle social a fim de que sejam efetivamente postos em prática e em favor da categoria dos catadores e catadoras de materiais recicláveis.

A gestão pública municipal não avança no sentido de realizar a principal ação governamental demandada pelas organizações de catadores: a implantação da Coleta Seletiva, compreendida como um sistema complexo de coleta de resíduos recicláveis, através da ação de catadores, que passam a atuar na fase de seleção e comercialização dos materiais para a indústria (MEDEIROS, 2011).

Vale destacar o importante trabalho desenvolvido pela Cáritas Brasileira Regional Ceará e demais entidades da Rede Cáritas, no sentido de dotar a categoria de catadores das condições para seu pleno exercício cidadão. A Cáritas Brasileira atua há mais de 15 anos na área de apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis, com as quais mantém uma respeitosa relação de assessoria e prestação e serviços educativos, além de conseguir estabelecer diálogo com os diversos níveis de governo para tratar das questões a elas relacionadas. Tanto o Governo Estadual, quanto a Prefeitura de Fortaleza, consideram a Cáritas Brasileira como importante entidade de apoio no processo de organização de catadores no Estado do Ceará.

Ademais, somente com a efetiva participação política da categoria e sua organização em rede, os catadores alcançarão resultados nas lutas para conquistar as condições mais adequadas para a realização do seu trabalho. Assim, como afirma Brito (2007), a ação em rede contribui para o avanço das conquistas defendidas pelos movimentos sociais, dentre eles o de catadores e catadoras de materiais recicláveis, quem tem sua máxima expressão na Rede de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará.

3.6 Autonomia e dependência das associações de catadores

A visão expressa pelas lideranças dos catadores organizados revela que os grupos devem crescer, num processo organizativo e econômico, retirando os catadores dos lixões e das ruas, com a implantação da coleta seletiva, para que passem a trabalhar como empreendedores na área dos resíduos sólidos.

As conquistas para a categoria são diversas, desde o reconhecimento da profissão até a execução de projetos de apoio para o trabalho dos catadores. A contratação da COOPMARES pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para a coleta durante grandes eventos na cidade comprova a capacidade produtiva e organizativa dos catadores.

Apesar de não ser um processo simples, a categoria já consegue sentar e negociar com os gestores públicos, tanto em âmbito municipal quanto estadual. Assim, os catadores são chamados para os debates sobre as políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos, apresentam suas experiências e demandas. Também já se verificam tímidos contratos para a prestação de serviços ambientais, como nos eventos da Copa do Mundo, Fortal e *Reveillon*.

Entretanto, permanece o desafio de tornar o movimento de catadores mais profissionalizado e politicamente sólido. Isto significa dizer que as organizações de catadores, desde os grupos e associações locais até a cooperativa e a própria Rede necessitam de maior grau de profissionalização e organização interna nos seus trabalhos. Exemplo do que afirma anteriormente é a incapacidade de cumprir com os requisitos burocráticos para o acesso a recursos públicos e, por vezes, privados, disponibilizados através de projetos, sejam de órgãos governamentais, como no caso da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), ou mesmo de empresas privadas.

3.7 Desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES

Nascida a partir da necessidade de melhorar e ampliar a comercialização das organizações de catadores, a COOPMARES é um experimento que ainda precisa ser apropriado pelos grupos. Mesmo nascendo no espírito cooperativista, trata-se de um projeto em fase inicial:

O exercício de cooperativismo ainda é muito recente entre os catadores no Ceará, fazendo com que a experiência da COOPMARES seja emblemática, pois trata-se de uma cooperativa diferente, de grupos. Ainda há acordos e pactos a serem construídos. (Entrevistado 3).

Os papéis das lideranças da COOPMARES não são assumidos a contento, sendo que uma ou outra liderança acaba executando a função do outro, na prática, fazendo com que se aprenda no cotidiano na experiência. “A gente está aprendendo na prática, apanhando.” (Entrevistado 7).

A COOPMARES não possui um espaço próprio para seu funcionamento, tendo que usar um galpão cedido pela Prefeitura e enfrentando os percalços de uma gestão compartilhada de um espaço público. Durante nossa pesquisa pudemos presenciar momentos de tensão entre a equipe da Prefeitura Municipal de Fortaleza e a gestão da COOPMARES por causa de procedimentos produtivos e administrativos no galpão onde funciona a cooperativa. Esses fatos remetem necessariamente à ausência de uma política pública específica que trate da contratação dos catadores para a prestação de serviços ambientais, uma das reivindicações do MNCR.

Os controles administrativos e financeiros, exercidos pelos próprios catadores, é um desafio a ser enfrentado. Não há, ainda, no meio da categoria, a especialização necessária e adequada para a gerência dos empreendimentos, o que tem demandado apoio de organizações não governamentais que, ao lado da Rede de Catadores e da COOPMARES, buscam prestar a assessoria necessária.

Contudo, essas ações de apoio revelam-se ainda insuficientes na perspectiva da construção da emancipação da categoria, que passa a tomar as rédeas do seu próprio destino. As capacitações ofertadas enfrentam dificuldades de ordem primária, como a busca cotidiana pela sobrevivência, afastando os catadores das possibilidades de formação, tão necessárias à sua emancipação (TAVARES, 2014).

Confirmando a tese de Paul Singer (2004) que a autogestão é minada pelo desinteresse dos sócios, a COOPMARES enfrenta o grande desafio de convencer seus associados acerca do seu verdadeiro papel na cooperativa. Não se trata, entretanto, somente de desinteresse, mas até de desconhecimento e incompreensões sobre as possibilidades que a organização pode trazer para o desenvolvimento da categoria.

A COOPMARES ainda prescinde de uma rede de circulação de informações que seja capaz de dotar seus cooperados das condições para o exercício da plena autogestão, pois para que esta ocorra efetivamente há que se estabelecer um

processo de circulação de informações e discussões acerca das questões administrativas (SINGER, 2004).

O principal desafio no campo da gestão é a transparência na gestão de recursos financeiros, de modo que todos os associados e cooperados tenham plena consciência das transações financeiras realizadas e possam desfrutar, de forma coletiva, dos ganhos advindos das operações comerciais. Há que se investir nos processos educativos para a gestão participativa e coletiva dos empreendimentos de catadores, para que estes não venham incorrer em práticas injustas, muitas vezes percebidas pelos próprios catadores que mantêm relações com o mercado, principalmente junto aos depósitos e atravessadores da cadeia produtiva da reciclagem.

Adicionalmente, no campo das competências em gestão, outro desafio apresenta-se na área de elaboração de projetos para acesso a recursos públicos, através de contratos de prestação de serviços ambientais. A análise técnica desses contratos também se configura em desafio para a gestão da cooperativa.

Considerações finais

Partindo da análise acerca dos desafios organizacionais e operacionais da COOPMARES, propõe-se um conjunto de ações relacionadas aos campos da educação cooperativista, capacitação técnica, capacitação de lideranças, relacionamento com o poder público e estudo de viabilidade e plano de comercialização.

Educação cooperativista

Não há dúvida da importância dos processos educacionais no campo cooperativista para garantir a continuidade e o fortalecimento das ações da cooperativa, enquanto empreendimento autogestionário dos catadores de materiais recicláveis. Nesse sentido, é urgente realizar um programa de formação cooperativista junto a base do movimento de catadores, para que cada vez mais haja conhecimento e consciência da importância da organização da categoria.

A educação cooperativista contribuirá sobremaneira para viabilizar a participação dos cooperados na autogestão da cooperativa, dotando-os das informações necessárias para uma atuação mais ativa em sua gestão.

Capacitação técnica

Em que pese a dificuldade de realizar processos formativos continuados junto à categoria, será necessário também investir na formação e capacitação técnica, dando seguimento a algumas atividades já iniciadas, como a capacitação para o tratamento de Óleos e Gorduras Residuais, o desmonte de equipamentos eletrônicos, a correta classificação de materiais recicláveis, entre outras áreas.

Dar continuidade aos cursos de formação de catadores para capacitá-los no serviço de classificação dos resíduos pode ser considerada uma ação simples, mas que tem fundamental importância na seleção correta dos materiais recicláveis coletados cotidianamente pela categoria.

Capacitação de lideranças

A capacitação de lideranças nas áreas de gestão financeira e controle administrativo torna-se imprescindível, a fim de dotá-las das condições de assumir essas funções com autonomia em relação aos profissionais de contabilidade, por exemplo. Mesmo utilizando os necessários serviços de contadores, não é recomendável que as lideranças dos catadores fiquem dependentes dos mesmos, por isso devem ter as condições para compreender os registros e análises financeiras e administrativas.

O tema da elaboração de projetos e análise de contratos também merece investimento na formação das lideranças. Trata-se de área ainda restrita aos técnicos de entidades públicas e de apoio, fato que não contribui para o efetivo empoderamento da categoria dos catadores.

Interlocução com o poder público

A interlocução com o poder público, de modo especial com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, seja através da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, seja através de outros órgãos públicos relacionados ao tema dos resíduos sólidos, merece atenção especial das lideranças dos catadores, na perspectiva de aprofundar o diálogo e ampliar as conquistas para a categoria.

Nesse campo há uma questão urgente a ser debatida com a Prefeitura em se tratando dos espaços físicos para o trabalho dos catadores organizados nas associações e na COOPMARES. Trata-se de melhorar os contratos de gestão dos espaços cedidos, como é o caso do galpão no Bairro João XXIII, onde funciona a COOPMARES, que sofre interferências gerenciais de funcionários da gestão municipal, provocando conflitos e ingerências.

Recomenda-se que sejam realizadas ações formativas de debate mais aprofundado acerca das políticas públicas estadual e municipal em relação ao tema dos resíduos sólidos e o papel dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem,

com a finalidade de ampliar os conhecimentos dos mesmos sobre como podem se inserir de modo mais eficiente e eficaz nesse processo.

Essa maior consciência dos catadores deve gerar mais participação e envolvimento nas lutas políticas junto aos poderes públicos, provocando um maior engajamento dos mesmos nas reivindicações e proposições para as ações dos governos, seja no âmbito municipal, estadual e federal. Ou seja, é preciso investir mais na organização política dos catadores, para que possam agir e negociar como sujeito coletivo, ampliando sua incidência política.

Estudo de viabilidade e plano de comercialização

Por fim, uma ação imprescindível é a realização de um estudo de viabilidade da COOPMARES, com foco nos processos de comercialização. Referimo-nos aqui ao necessário empenho para retomar as discussões sobre o plano de comercialização, executado ainda de forma muito tímida pela COOPMARES e associações locais de catadores e catadoras.

A COOPMARES nasceu com a perspectiva de se tornar uma organização catalisadora dos processos de comercialização junto aos grupos e associações de catadores de Fortaleza e Região Metropolitana. Entretanto, a cooperativa não tem conseguido mobilizar e sustentar esse serviço de comercialização, a não ser em pequenas escalas e experiências ainda incipientes. Torna-se urgente atuar na prospecção de fontes de resíduos sólidos recicláveis e nas negociações com as empresas de reciclagem, presentes numa escala favorável no parque industrial do Ceará. Há mercado, por exemplo, para PET: uma única indústria no Ceará teria a capacidade de absorver 400 toneladas por mês desse material. O problema é que nem todos os empreendimentos de catadores do Ceará têm capacidade de produzir 10% dessa demanda. Nesse sentido, a Rede de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará tem papel importante na mobilização das Associações de Catadores para essa experiência comercial através da COOPMARES.

Uma experiência em permanente construção

A COOPMARES não está completamente construída e ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos profissionais que atuam no âmbito de suas experiências. Trata-se de um projeto ainda em construção e demandará, para o alcance de suas finalidades, um tremendo esforço de ação colaborativa entre catadores e lideranças, para que se experimente cotidianamente a essência do cooperativismo.

Uma gestão exercida com a participação ativa dos cooperados será fundamental para que se possa concretizar na experiência da COOPMARES o princípio da autogestão como grande valor do cooperativismo. A autogestão exigirá graus mais avançados de transparência dos processos de produção e comercialização e, adicionalmente, da gestão dos recursos financeiros, a fim de que se pratique a justiça no âmbito da categoria.

Em resposta à questão norteadora desse estudo, pode-se inferir que a atuação da COOPMARES dá sinais de processos eficientes, no sentido da existência dos controles internos e dos processos de administração da operação diária no galpão. Entretanto, em se tratando da eficácia, aqui considerada como resultados que são gerados a partir da ação da cooperativa, há que se refletir sobre os desafios apresentados, que revelam um resultado ainda ineficaz para a categoria de catadores. Assim também em relação a efetividade pode-se concluir que há muito o que se conquistar, tanto do ponto de vista organizacional quanto do ponto de vista do mercado da reciclagem, para que a cooperativa se consolide como uma estratégia efetiva para a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores.

Há uma enorme potencialidade no campo do cooperativismo de catadores de materiais recicláveis, juntando as forças produtivas e criativas dos profissionais que se dedicam a uma ação tão importante para a sociedade e para a vida sustentável do planeta. Em que pesem os desafios organizacionais e mercadológicos da área da reciclagem, citados ao longo desta pesquisa, há que se avançar na consolidação da

COOPMARES como uma significativa expressão de inclusão social e econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em 19/09/2015.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. **Poder público e sociedade para o desenvolvimento sustentável**. In Democracia, transparência e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer, 2007.

CARVALHO, Claudinê Jordão de. **Elaboração e gestão de projetos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil**. Todos os Bichos. São Paulo, 2010.

DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; SANTOS, Shirley. **A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste**. Recife, F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012.

FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T. **O sentido histórico da autogestão**. In Gestão Pública e Sociedade. Outras Expressões. São Paulo, 2012.

FORTALEZA. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza**. Disponível em <http://www.fortaleza.ce.gov.br/acfor/plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-de-fortaleza>. Acesso em 19/09/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Atlas, 1999.

MEDEIROS, Jeanne B. L. de Pontes. **Coleta seletiva de lixo**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha; Instituto Centro de Ensino Tecnológico, 2011.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Princípios e objetivos do MNCR**. Disponível em <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos>. Acesso em 19/09/2015.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o novo cooperativismo**. In Gestão Pública e Sociedade. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração V. 1. São Paulo, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, Pontes, 2009.

SCHIOCHET, Valmor; SILVA, Roberto Marinho A. da; BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária no Brasil**. Revista de Economia Solidária Ano 1, Nº 1, Dezembro de 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.

TAVARES, Geovani de Oliveira. **As políticas públicas para catadores: a experiência com o Engenho do Lixo**. Disponível em <http://biblioteca.participa.br/jspui/bitstream/11451/1037/1/186%20%0Relato%20de%20experiencia.pdf>. Acesso em 16/11/2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

TORRES, Henrique Rodrigues. **As organizações dos catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade**. Universidade de Brasília, 2008.

VENTURA, Magda M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev. SOCERJ 2007:20: 383-386. Rio de Janeiro, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman. Porto Alegre, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Departamento de Ciências da Administração UFSC. Florianópolis, 2012.